



#	Referência	Servidor (a)	Qtde. de Diárias	Valor Unitário Diária com Pernoite (R\$)	Valor Unitário Diária sem Pernoite (R\$)	Valor Total de Diárias (R\$)	Valor Indeniz. Transporte (R\$)	Valor Total diária+IT (R\$)	Período de Referência	Destino (s)	Justificativa
01	8506109-23.2022.8.06.0000	José Mamede Rebouças de Oliveira Júnior	01 s/ pernoite	-	89,89	89,89	-	89,89	31 de março	Quixadá	Verificar serviços de manutenção no fórum de Quixadá.
02	8505687-48.2022.8.06.0000	Gilmar de Castro Maia	09 c/ pernoite 01 s/ pernoite	179,78	89,89	1.707,91	-	1.707,91	04,05,06,07,08, 09,10,11,12 e 13 de abril	Senador Pompeu	Realizar a montagem do mobiliário na nova sede do fórum de Senador Pompeu.
03	8506210-60.2022.8.06.0000	José Mamede Rebouças de Oliveira Júnior	01 s/ pernoite	-	89,89	89,89	-	89,89	01 de abril	Caucaia	Verificar projeto do Núcleo de audiências da Vara de Custódia
04	8506210-60.2022.8.06.0000	César Alves Duarte	01 s/ pernoite	-	89,89	89,89	-	89,89	01 de abril	Caucaia	Verificar projeto do Núcleo de audiências da Vara de Custódia

**PORTARIA N° 136/2022**

Revisa e modifica indicadores e metas setoriais para a concessão da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM), no âmbito do Poder Judiciário estadual.

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no inciso II do artigo 5° da Lei n° 12.483, de 03 de agosto de 1995,

**CONSIDERANDO** a regra positivada no art. 6°, §2°, da Portaria n° 1.616, de 08 de novembro de 2011, que prevê que, caso se verifique incompatibilidade ou descompasso entre parâmetros fixados e o desenvolvimento das atividades das unidades judiciárias e administrativas, as metas poderão ser revistas pela Administração do Tribunal de Justiça;

**CONSIDERANDO** o estabelecido no art. 1°, parágrafo único, da Portaria n° 1.746, de 29 de novembro de 2011, os indicadores e as metas setoriais referentes à Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) poderão ser revistos e modificados pela Administração do Tribunal de Justiça dentro do exercício para os quais foram fixados, sempre que a alteração se revelar necessária e pertinente;

**CONSIDERANDO**, ainda, que, em dezembro de 2021, durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, foram estabelecidas as Metas Nacionais de 2022 pelos Presidentes dos segmentos da Justiça Trabalhista, Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e que as mesmas são acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

**R E S O L V E:**

Art. 1° Revisar, modificar e incluir os indicadores e as metas setoriais para a concessão da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) setorial no 1° semestre de 2022, no âmbito do Poder Judiciário estadual, para as unidades judiciárias, nos termos do Anexo Único desta Portaria:

§1° As unidades que ficarem o semestre 2022.1 integralmente sem juiz titular terão suas metas reduzidas em 40%. Para períodos de vacância inferiores aos 6 meses, as metas serão reduzidas proporcionalmente ao período em que a unidade esteve sem juiz titular.

§2° Os casos das unidades que forem instaladas ao longo do semestre serão avaliados pela COGES e seus indicadores serão publicados em Portaria específica.

§3° As unidades que apresentarem crescimento da demanda (casos novos) superior ao crescimento médio do último triênio poderão ter suas metas referentes ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD) e Meta 1 revistas.

§4° Caso o cumprimento geral de Meta 1 dos gabinetes atendidos pelas Secretarias Judiciárias seja inferior à 100%, as metas para o Índice de Atendimento à Demanda das Sejuds poderão ser revistas de acordo com o desempenho obtido pelos gabinetes.

§5° Excepcionalmente no semestre 2022.1, os indicadores Meta 1 e Índice de Atendimento à Demanda processual (IAD) serão considerados de fevereiro a junho para mensuração do Índice de Alcance de Metas da unidade.

§6° Em virtude das redistribuições processuais que ocorrerão no 1° semestre de 2022 para instalação dos novos gabinetes de desembargadores, o indicador da Taxa de Congestionamento será considerado para os referidos gabinetes apenas a partir do 2° semestre de 2022.

Art. 2° Atribuir o percentual de 20% (vinte por cento), a título de GAM setorial, às unidades cuja avaliação de desempenho não possa ser realizada pela Comissão Gestora da GAM (COGES).

Art. 3° Os indicadores relativos às unidades judiciárias serão extraídos diretamente dos sistemas processuais.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, ao 1° dia de fevereiro de 2022.

**DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ**

**REPUBICAÇÃO POR INCORREÇÃO**